

Filosofia, Ciência e Naturalismo¹

Newton Cunha

Se a literatura romântica se caracterizou pela redescoberta dos antepassados nacionais, por uma exaltação do “eu” e a floração das paixões, por sentimentos grandiosos frente à natureza, o naturalismo, diferentemente, procurou expressar as influências do meio e da hereditariedade sobre as relações humanas e o mundo áspero dos conflitos socioeconômicos contemporâneos. Para tanto, baseou-se num pensamento científico determinista, do qual faziam parte a crítica das religiões, uma esperança de reformas políticas e um evidente ceticismo perante a condição humana.

E se houve um método conscientemente aplicado por seus escritores na elaboração de narrativas, ele proveio, acima de tudo, de uma das facetas mais evidentes do positivismo; ou seja, da que consistia na observação empírica dos fatos naturais e que podemos constatar, diretamente, pela experiência e pelos sentidos. Tal como na natureza, também os fenômenos socioculturais – matéria-prima da sociologia proposta por Comte – possuiriam suas leis de formação, de continuidade ou de transformação, tanto no tempo quanto no espaço, e dependeriam, em muito, de fatores endógenos ou biológicos. Pelo naturalismo, em síntese, o avanço e as conquistas científicas da revolução industrial passavam a exercer um poderoso atrativo sobre a literatura, ao mesmo tempo em que modificavam as artes plásticas, perplexas, naquele momento, com o poder da fotografia.

Se determinarmos como “período positivista” aquele que transcorre *grosso modo* entre 1830 e a primeira década do século XX, percebe-se que os vínculos entre o desenvolvimento científico, a inovação tecnológica, o

¹ Publicado, originalmente, em *O Naturalismo*, Coleção Stylus, Ed. Perspectiva, organização de J. Guinsburg e João Roberto Farias.

crescimento e a diversificação das indústrias e a expansão da riqueza são bastante estreitos (situação que, de certa forma, repete-se após o fim da segunda guerra mundial). Na física, por exemplo, surgem as contribuições de Faraday, Maxwell, Hertz, Joule ou Helmholtz; a química dá um salto excepcional com Jöns Berzelius, von Liebig e Mendeliev; nas ciências biológicas avultam as figuras de Koch, Pasteur e Darwin, entre muitos outros; na geometria, aparecem as propostas de Riemann, Lobachevski e Felix Klein; nas matemáticas, problemas mais complexos e soluções inovadoras são apresentadas por Augustin Cauchy, Karl Weierstrass e Georg Cantor.

Quanto à filosofia, e apesar de diferenças às vezes notáveis entre os autores adiante mencionados, as diversas histórias costumam reunir, sob o nome de positivismo, não apenas as proposições de Comte, como ainda as de John Stuart Mill e Herbert Spencer, na Inglaterra, as de Jakob Moleschott e Ernst Haeckel, na Alemanha, e ainda as de Roberto Ardigò, na Itália. Esse fato decorre da existência de alguns princípios que foram comumente aceitos ou defendidos por aqueles autores. Assim: 1) oposição às correntes idealistas ou metafísicas, adotando-se uma visão materialista do mundo e a convicção de que toda ideia de caráter espiritualista será, mais cedo ou mais tarde, superada; 2) só se pode realmente conhecer o que o método científico aplicado pelas ciências naturais nos permite investigar; tal método, que formula as leis de causa e efeito dos fenômenos, aplica-se igualmente ao exame da sociedade e, portanto, às ciências sociais; 3) a aplicação técnica do conhecimento científico é a única ou, pelo menos, a melhor solução para os problemas humanos e seus interesses concretos; 4) conseqüentemente, há uma esperança efetiva na racionalidade, no progresso contínuo e crescente das sociedades, tanto quanto no domínio tecnológico da natureza; 5) por meio de processos ou estádios, tudo evolui do mais simples para o mais complexo, do indefinido/imperfeito para o definido/perfeito, ou ainda das contradições para a estabilidade – a matéria, a vida, a arte.

A bem da verdade, algumas das idéias e propostas neste desenho positivista já haviam sido sugeridas por autores como Pierre-Jean Cabanis ou Saint-Simon (com quem Comte trabalhou, na qualidade de secretário). Cabanis, aliás, acabou sendo considerado um filósofo *naturalista*, termo utilizado na França para aqueles que se basearam no empirismo inglês, no enciclopedismo francês e, em geral, no iluminismo europeu. Na obra “Relações entre o físico e o moral do homem” (*Rapports du physique et du moral de l’homme*)², Cabanis assim explica o exame das ideologias (os destaques são meus, não do autor): “Os escritores que se ocuparam com alguma profundidade da análise das idéias, da linguagem ou de outros signos que as representam, e dos princípios da moral privada ou da moral pública, *sentiram quase todos esta necessidade de se dirigir, em suas pesquisas, segundo o conhecimento da natureza humana física*. Com efeito, de que maneira descrever com exatidão, apreciar e limitar, sem erro, os movimentos de u’a máquina e os resultados de sua ação, se não conhecermos antes sua estrutura e propriedades?... Cada filósofo fez a sua teoria do homem; mesmo aqueles que, para explicar as diversas funções, deveram nele supor dois dinamismos de natureza diferente, *reconheceram ser impossível subtrair as operações intelectuais e morais do império físico*; e na relação estreita que admitem entre ambas as forças motrizes, o gênero e o caráter dos movimentos restam sempre subordinados às leis da organização... Aqui, o moralista e o médico andam sempre sobre a mesma linha. Este aqui (o médico) só adquire o conhecimento completo do *homem físico* ao considerá-lo em todos os estados pelos quais podem fazê-lo passar a ação dos corpos exteriores e as modificações de sua própria faculdade de sentir; aquele lá (o moralista) faz idéias tão mais extensas e justas do *homem moral quanto mais atentamente seguiu, em todas as circunstâncias nas quais o põem os acasos da vida, os acontecimentos do estado social, os governos, as leis e a soma dos erros ou das verdades difundidas em torno*

² Segunda edição, de 1808, reproduzida eletronicamente pelo CNRS-Gallica Classiques.

de si... os princípios relativos a este último estudo encontram-se necessariamente obscurecidos pela vaga das hipóteses metafísicas. Com efeito, dele não restavam, no estudo das ciências morais, qualquer base sólida, qualquer ponto fixo ao qual se pudessem prender os resultados da observação e da experiência... Tal era, antes de Locke aparecer, o estado das ciências morais”.

De modo similar, propõe Saint-Simon em *Mémoire sur la science de l’homme*: “Lembrando as noções gerais que todos os homens instruídos receberam em sua educação, sobre a marcha que o espírito humano seguiu após a origem de seu desenvolvimento, refletindo de maneira particular sobre a marcha que ele seguiu depois do século XV, vê-se: 1) que sua tendência depois dessa época é a de basear todos os seus raciocínios sobre fatos observados e discutidos; que sobre esta base *positiva* ele já reorganizou a astronomia, a física, a química; e que suas ciências fazem hoje parte da instrução pública e formam sua base. Conclui-se daí necessariamente que a fisiologia, da qual a ciência do homem faz parte, será tratada pelo método adotado por outras ciências físicas, e será introduzida na instrução pública quando se houver tornada *positiva*... A ciência geral não poderá ser uma ciência positiva a não ser na época em que as ciências particulares estiverem baseadas sobre observações” (www.uqac.quebec.ca, *Classiques des Sciences Sociales, Université du Québec*).

Verifica-se que a qualificação de *positivo* foi utilizada para o método adotado pelas ciências físicas e naturais, devendo este último ser igualmente transposto ou adequado às investigações fisiológicas e filosóficas. Assim, deve-se levar em consideração que o termo *positivo*, como, aliás, já o utilizava Leibniz, designa o que está posto à vista, ao reconhecimento mais imediato, consistindo, portanto, em uma realidade existente ou de fato.

Daí o motivo de, já na Advertência de seu *Cours de Philosophie Positive*, Comte definir o positivismo como “maneira especial de filosofar que consiste em encarar as teorias... como tendo por objeto a coordenação dos fatos

observados, o que constitui o terceiro e último estado da filosofia geral, primitivamente teológica e, em seguida, metafísica” (*Classiques des Sciences Sociales, idem, ibidem*). Recusando-se a propor ou alcançar noções absolutas, e mesmo a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, Comte restringe-se a “descobrir as leis efetivas, quer dizer, suas relações invariáveis de sucessão e semelhança. A explicação dos fatos não é mais, doravante, senão a ligação estabelecida entre os diversos fenômenos particulares e certos fatos gerais”. Portanto, se a natureza possui leis imutáveis, a missão da ciência seria a de descobrir o seu funcionamento e estabelecer uma unidade, devendo o entendimento abandonar pretensões “metafísicas” de alcançar as causas primeiras ou as finais. Ela se destina a realizar a mais completa submissão da natureza ao homem, a fim de que este possa dominá-la e instrumentalizá-la. Se isso vale para as ciências em particular, vale mais ainda para a “ciência universal” que é a sociologia positiva, fundamento de toda reforma e aprimoramento humano e modo de superação definitivo dos “estádios” anteriores de cultura (o teológico e o metafísico). Para realizar tal objetivo, deve determinar, com a ajuda da biologia e da fisiologia, as leis de uma vida social que impeçam a tendência à sua dissolução.

Já na obra *De la Physiologie Sociale*, o mesmo Saint-Simon explicara o que então se entendia por fisiologia, vocábulo e conceito caros ao naturalismo. Em primeiro lugar, ela examina a ação e as influências dos agentes exteriores sobre organismos vitais. Mas não é uma ciência que diga apenas respeito ao funcionamento interno e individual de processos físicos e químicos. Pensada socialmente, ela estuda a vitalidade das culturas e das civilizações, aquilo que contribui ou para desenvolvê-las e aprimorá-las, ou, ao contrário, estancá-las, perturbá-las e destruí-las. Trata-se, evidentemente, de aspectos econômicos, sociais, políticos, morais e artísticos, que se relacionam entre si, já que a sociedade não se moveria como um aglomerado caótico de ações independentes e sem finalidades. Em suas

palavras, “Uma fisiologia social, constituída pelos fatos materiais que derivam da observação direta da sociedade, e uma ‘higiene’ (ou seja, um equilíbrio sadio) envolvendo os preceitos aplicáveis a tais fatos são pois as únicas *bases positivas* sobre as quais se pode estabelecer o sistema de organização reclamado pelo estado atual da civilização... a força de um povo repousa bem mais sobre o pacto social que associa todas as capacidades para o aperfeiçoamento dos trabalhos úteis e comuns do que na multiplicidade dos elementos de riqueza e de poder que nenhum espírito filantrópico pode conciliar... hoje, os reis não devem mais governar longe de seus povos; não devem fazer nada de importante sem lhes expor os motivos, admiti-los em seu conselhos, pedir-lhes a opinião sobre medidas a serem tomadas, consultar-lhes a respeito das necessidades do Estado e lhes conceder o poder de voto ou de recusa a impostos, quer dizer, a faculdade de favorecer ou de impedir os empreendimentos submetidos a seus exames” (www.uqac.quebec.ca, *Classiques des Sciences Sociales, Université Du Québec*, página 34).

Ainda assim, a influência mais direta, mesmo porque confessada, sobre a observação e a experimentação fisiológicas que Zola e escritores como Paul Alexis, Joris-Karl Huysmans e Guy de Maupassant adotaram encontra-se na obra *Introduction à l'étude de la médecine expérimentale*, do médico Claude Bernard. Tanto assim é que Zola, no texto conhecido como *Le Roman Expérimental* (Charpentier, Paris, 1890, reproduzido em www.lettres.tice.ac-orleans-tours.fr, sem indicação de página) faz primeiramente um alentado resumo da obra médica para depois afirmar: “se o método experimental conduz ao conhecimento da vida física, ele deve igualmente conduzir ao conhecimento das vidas passional e intelectual. É apenas uma questão de graus sobre a mesma via, da química à fisiologia, depois da fisiologia à antropologia e à sociologia”. Assumindo, pois, os papéis de observador e de experimentador, o romancista torna-se “o juiz de instrução dos homens e de suas paixões”.

Com isso tudo, pode-se perceber a importância atribuída ao meio, aos aspectos físicos, à história e às relações sociais concretas que serão os aspectos de maior relevo para Comte e o positivismo. A começar pelo fato de que os fenômenos humanos são, acima de tudo, sociológicos, e isso no sentido mais preciso de que o homem, quando apenas subjetivamente considerado, não passa de uma abstração, já que sobre a individualidade não se pode construir qualquer ciência.

Essa mesma consideração a encontramos aplicada agora aos fenômenos artísticos, como escreve, sob sugestão do positivismo, Hippolyte Taine (*Philosophie de l'art*, Germer Baillière Ed., 1865, capítulo I, páginas 9 e 10): “A família de artistas, por sua vez, está compreendida num conjunto mais vasto, que é o mundo que a cerca e cujo gosto é conforme ao seu. Visto que o estado dos costumes e do espírito é o mesmo para o público e artistas, estes não são homens isolados... Fídias, Ictinus, os homens que fizeram o Partenon e o Júpiter Olímpico eram, como os demais atenienses, cidadãos livres e pagãos, educados na palestra, tendo lutado, se exercitado nus, tendo os mesmos hábitos, os mesmos interesses, as mesmas idéias, crenças, homens da mesma raça, língua e educação... Em qualquer outra parte acharíamos exemplos semelhantes da aliança e da harmonia íntima que se estabelece entre o artista e seus contemporâneos; e podemos concluir com segurança que, se se quer compreender seu gosto e talento, as razões que o fazem escolher tal gênero de arte, representar tal sentimento, *é no estado geral dos costumes e do espírito público que devemos procurá-las...* Assim como há uma temperatura física que, por suas variações, determina o aparecimento de tal ou tal espécie de plantas, assim também há uma temperatura moral que... determina o aparecimento de tal ou qual espécie de arte... *As produções do espírito humano só por seu meio, como as da natureza viva, se explicam*” (grifos meus).

Essa paisagem histórica e seus vínculos sociais estão presentes naquele que é considerado um dos “manifestos” do naturalismo: a defesa do estilo

feita por Huysmans em *Émile Zola et l'Assomoir* (reproduzido em lettres.tice.ac-orleans-tours.fr, sem indicação de página), crítica jornalística de 1887, na qual o também romancista argumenta sobre a necessidade de uma literatura em que o homem simples ou rústico seja estudado, tanto quanto as mulheres “depravadas” que perambulavam pelas grandes cidades francesas. Ou seja, “obras viris” que desnudassem os temas da vida moderna, dos seres vivos que, no cotidiano, podem ser encontrados pelas ruas.

Ao se juntar a literatura à experiência positiva, à fisiologia e aos fatos sociais contemporâneos, tem-se a proposta de Zola: “O romance experimental é uma consequência da evolução científica do século; ele continua e completa a fisiologia; ele substitui o estudo do homem abstrato, do homem metafísico pelo estudo do homem natural, submetido às leis físico-químicas e determinados pelas influências do meio... os romancistas naturalistas observam e experimentam, e todo o seu trabalho nasce da dúvida em que se põem, face às verdades mal conhecidas, aos fenômenos inexplicados, até que uma idéia experimental desperte bruscamente um dia seu engenho e os conduzam a instituir uma experiência para analisar os fatos e deles se tornar mestres... O homem metafísico está morto, todo o nosso terreno se transforma com o homem fisiológico. Sem dúvida, a cólera de Aquiles e o amor de Dido permanecerão como pinturas eternamente belas; mas eis que a necessidade nos leva a analisar a cólera e o amor e a ver com precisão como funcionam essas paixões no ser humano. O ponto de vista é novo e se torna experimental, em lugar de ser filosófico... em suma, tudo se resume neste grande fato: o método experimental, tanto nas letras quanto nas ciências, está em vias de determinar os fenômenos naturais, individuais e sociais, dos quais a metafísica não havia dado até aqui senão explicações irracionais e sobrenaturais” (*Le Roman Expérimental*).

Esse caráter “cientificista” também se revela com clareza nos prefácios das obras de Zola, como o escrito para Thérèse Raquin, em 1868: “Começa-

se, espero, a compreender que meu objetivo foi científico, antes de tudo. Quando meus dois personagens, Thérèse e Laurent, foram criados, aprouve-me propor e resolver certos problemas; assim, tentei explicar a estranha união que pode se produzir entre dois temperamentos diferentes. Mostrei os distúrbios profundos de uma natureza sanguínea em contato com uma natureza nervosa. Que se leia o romance com cuidado e se verá que cada capítulo é o estudo de um caso curioso de fisiologia. Em uma palavra, só tive um desejo: havendo um homem poderoso e uma mulher insaciável, procurar neles a besta, ver apenas a besta, jogá-los em um drama violento e anotar escrupulosamente as sensações e os atos destes seres. Fiz simplesmente, sobre dois corpos vivos, o trabalho analítico que os cirurgiões fazem em cadáveres”.

Outra influência marcante: a de Prosper Lucas, autor do *Traité philosophique et physiologique de l'hérédité naturelle dans les états de santé et de maladie* (editado por J.B. Baillière, Paris, 1850), base dos estudos de Zola para a concepção da família Rougon-Macquart. Nesta obra, Lucas recolhe dados e anotações anteriores para descrever e explicar o que chama de “representantes” das influências hereditárias (normais e anormais) nas “formas físicas e nas almas”: o pai e a mãe para a hereditariedade *direta*; os colaterais para a hereditariedade *indireta*; os ascendentes dos pais para a hereditariedade *de retorno*; os cônjuges anteriores. O que reaparece no preâmbulo de *La Fortune des Rougons*: “Quero mostrar como uma família, um pequeno grupo de seres se comporta em uma sociedade, desabrochando para dar nascimento a dez, a vinte indivíduos que, à primeira vista, parecem profundamente dessemelhantes, mas que a análise mostra intimamente ligados entre si. A hereditariedade tem suas leis, como a gravidade”.

Embora tenha afirmado que as palavras romantismo e naturalismo nada significassem para si, a não ser fomentar querelas entre temperamentos opostos, Maupassant assevera no prefácio a *Pierre et Jean* (Paul Ollendorff

Edit.,Paris, 1888): “após as escolas literárias que nos quiseram dar uma visão deformada, sobre-humana, poética, enternecedora, charmosa ou soberba da vida, chega uma escola realista ou naturalista que pretendeu mostrar a verdade, nada senão a verdade e só a verdade... o romancista que pretenda nos dar uma imagem exata da vida, deve evitar, com todo o cuidado, a ordenação de acontecimentos excepcionais. Seu objetivo não é o de contar uma história, de nos divertir ou comover, mas o de nos forçar a pensar, a compreender o sentido oculto dos eventos... Em lugar de maquinar uma aventura e fazê-la andar de modo interessante até o epílogo, ele tomará seus personagens em um momento de suas existências e os conduzirá, por transições naturais, até o momento seguinte. Dessa maneira mostrará como se desenvolvem os sentimentos e as paixões, como se ama, como se odeia, como se combate em todos os meios sociais, como lutam os interesses burgueses, os interesses do dinheiro, familiares e políticos”.

Por sua vez, e tão logo houvera terminado “O Mistério da Estrada de Sintra” (1870), Eça de Queiroz, ao participar das Conferências do Casino, declarou-se um adepto da nova estética realista, naturalista ou experimental (termos que usou indistintamente, como também o escritor e teórico Júlio Lourenço Pinto), justificando ser ela “uma base filosófica de todas as concepções do espírito, uma lei, uma carta de guia, um roteiro do pensamento humano na eterna região artística do belo, do bom e do justo... É a negação da arte pela arte; é a proscrição do convencional, do enfático e do piegas. É a abolição da retórica considerada como a arte de promover a comoção usando da inchação do período, da epilepsia da palavra, da congestão dos tropos. É a análise com o fito na verdade absoluta. Por outro lado, o Realismo é uma reacção contra o Romantismo: o Romantismo era a apoteose do sentimento; o Realismo é a anatomia do carácter... A norma agora são as narrativas a frio, deslizando como as imagens na superfície de um espelho, sem intromissão do narrador. O romance tem de nos transmitir a natureza em quadros exactíssimos, flagrantes, reais” (*O Realismo como*

nova expressão de arte, reconstituição de António Salgado Júnior em *Histórias das Conferências do Casino*, Tipografia da Cooperativa Militar, Lisboa, 1930, pags. 55 e 56).

Mas se os escritores realistas-naturalistas fizeram da plebe, do proletariado e dos novos arrivistas burgueses personagens habituais de suas narrações e dramas, nem por isso seus maiores representantes podem ser considerados positivistas sob os pontos de vista político ou filosófico. Que se comparem, por exemplo, as tramas impiedosas dos irmãos Goncourt, de Gottfried Keller, Zola, de Maupassant, de Eça, de Thomas Hardy, de Giovanni Verga, de Blasco Ibañez ou mesmo de nosso Aluísio de Azevedo para se perceber que, longe disso, a perspectiva de Comte acabou por ser tornar doutrinariamente conservadora e messiânica, ao passo que a corrente literária manteve uma visão desencantada ou mesmo irônica e cética da ordem social. O que ainda hoje se chama “darwinismo social”, ou seja, a convicção de que as relações socioeconômicas reproduzem, à sua maneira, a luta natural pela sobrevivência do mais forte ou do mais apto (“as lutas fortes e cruéis da vida”, conforme as elas se refere Strindberg no prefácio de *Fröken Julie*, Senhorita Júlia) está visivelmente retratado em peças de Henry Becque (*Os Corvos*, *A Parisiense*), de Hauptmann (*Antes da Aurora*, *Os Tecelões*, *A Pele de Castor*) ou do próprio Strindberg (*Camaradas*, *Pai*, *A Dança da Morte*, *Débito e Crédito*), em cujas peças e contos (*Casamentos*) o darwinismo se revela na forma de antifeminismo radical e socialismo anárquico.

Em suas obras finais, como *Système de Politique Positive ou Traité de Sociologie Instituant la Religion de l’Humanité* (Carilian-Goeury et Vor Dalmon, Paris, 1851-1854) Comte se mostra visivelmente um representante da contra-revolução de 1789, imbuído, ao mesmo tempo, de fervor pela ciência e por uma tutela espiritual-religiosa cujo modelo retroage à Idade Média “teológica”. Daí seu apelo ao progresso técnico-científico e à ordem religiosa: “...é preciso aqui construir irrevogavelmente o ponto de vista

universal da verdadeira sabedoria, combinando finalmente, pela moral, dois aspectos correlativos que a ciência teve de provisoriamente separar. Sua apreciação sucessiva convém à filosofia e a religião exige sua união habitual, só ela podendo conduzir a vida real, tanto a privada quanto a pública... é necessário que a apreciação do passado seja suficientemente sistematizada para revelar o futuro. Ora, esta continuidade não poderia ser obtida a não ser que o progresso humano represente sempre o simples desenvolvimento de uma ordem imutável... nossa marcha só pode adquirir um caráter verdadeiramente positivo repousando, ao mesmo tempo, sobre a teoria da ordem e a do progresso, as únicas capazes de nos preservar, uma do arbitrário, outra do absoluto... nenhum grande progresso pode efetivamente se realizar se não tende, enfim, para a evidente consolidação da ordem” (tomo 4, páginas de 1 a 4).

Como nunca desenvolveu uma crítica ou uma proposição de economia política e jamais se preocupou com uma teoria do Estado, permanecendo ancorado no âmbito das ideias, o positivismo acabou, estranhamente, se encaminhando para uma Religião da Humanidade (ou Grande-Ser), uma soteriologia quase irracional, considerando-se as expectativas racionais da época e da própria filosofia. Só a Humanidade importa, pois é ela a instância genérica que permite as vidas material, social, intelectual e moral dos indivíduos. Ela substitui a figura de Deus para dar “positividade” à vida social. Ou, nas palavras do próprio “evangelista”: “meu curso público de 1847 marcou o irrevogável acontecimento do positivismo religioso, condensando nossos sentimentos nos pensamentos e nossas ações em torno da Humanidade, definitivamente substituta de Deus. Desde então surgiu a elaboração simultânea do dogma, do culto e do regime, adequados à fé demonstrável, cuja plena sistematização constitui o destino principal deste tratado” (tomo 3, página 618).

Na Inglaterra, Stuart Mill aproxima-se do positivismo no que se refere ao já tradicional aspecto empírico da filosofia britânica, fundamentado no

conhecimento sensível e indutivo. Ou seja, se tudo o que podemos saber parte da experiência fornecida pelos sentidos, qual seria a garantia de nossas analogias, inferências e generalizações, pelas quais formulamos leis e princípios? Responde o próprio Mill (*A System of Logic, livro II*) que só um conjunto de inferências prévias e sensíveis é o que nos permite generalizar e concluir que o universo não é caótico, mas, ao contrário, está governado por regularidades, que ele segue um curso uniforme e que o desconhecido só pode ser vislumbrado pelo já conhecido. Embora materialista, Mill admite (*Essay on Theism, Ensaio sobre o Teísmo*) a existência de uma ordem ou inteligência criadora do universo e, justamente por isso, cabe também ao homem dar um ordenamento e estabelecer uma harmonia na sociedade, por intermédio do bem, da justiça e da liberdade pessoal.

Já no início do século XIX, as ideias *positivas* de transformação e de adaptação vinham ganhando evidência com os novos historiadores naturais (ou naturalistas), caso de Jean-Baptiste Lamarck (*Philosophie Zoologique*, 1809) ou de Georges Cuvier (*Les Révolutions de la Surface du Globe*, 1829), apesar de suas divergências. De qualquer forma, torna-se evidente a oposição ao criacionismo e à imobilidade dos seres vivos, ao mesmo tempo em que ganham importância as condições ambientais para a sobrevivência e uma progressiva complexidade dos organismos.

Assim, por exemplo, escreve Lamarck: “Todos os corpos físicos, quaisquer que sejam, sólidos, fluidos, líquidos ou gasosos, estão dotados cada qual de qualidades e de faculdades que lhes são próprias; mas nas sequências do movimento difundido entre eles, *tais corpos encontram-se submetidos a relações e mutações diversas* em seu estado e situação; estabelecem entre si diferentes formas de união, de combinação ou de agregação; provam, em seguida, *mudanças infinitamente variadas*, até a desunião completa com seus outros componentes, separações de seus agregados etc; assim, tais corpos adquirem outras qualidades e faculdades relativas ao estado em que cada um se encontra. Na sequência ainda da

disposição ou da situação de tais corpos... das faculdades que cada um possui, das leis de toda ordem que governam suas mudanças e suas influências, enfim, do movimento que não lhes permite qualquer repouso absoluto, reina continuamente, em tudo o que constitui a natureza, uma atividade poderosa, uma sucessão de movimento e de mutações de todos os gêneros que nenhuma causa poderia reduzir, a não ser aquela que tudo fez existir. Olhar a natureza como eterna e, conseqüentemente, como tendo sempre existido, é para mim uma idéia abstrata e cuja razão não me poderia satisfazer... A natureza, ao *produzir sucessivamente* todas as espécies de animais e ao começar pelos mais imperfeitos ou mais simples, para terminar sua obra com os mais perfeitos, *complicou gradualmente sua organização*... e cada espécie, devido ao influxo das circunstâncias em que se encontrava, recebeu os costumes com os quais os conhecemos e as modificações de suas partes que nos mostra a observação” (edição Dentu, Paris, págs. 360, 361).

Pouco mais tarde, em um artigo escrito em 1857 sobre a noção iluminista de progresso, Herbert Spencer se utilizou do termo “evolução”, entendendo-o como princípio comum aos fenômenos não apenas materiais do universo, como também aos da sociedade (*Progress: its Law and Causes*, Westminster Review). Essa concepção generalizante lhe foi sugerida pela filosofia natural de Schelling, pelos naturalistas e pela então recente teoria de desenvolvimento embriológico do médico e fisiólogo Karl von Baer (descobridor do estágio de blastocisto, da notocorda e do óvulo), e que a houvera exposto no livro *Über Entwicklungsgeschichte der Thiere* (Sobre a História do Desenvolvimento dos Animais), de 1828. Dois anos depois do artigo de Spencer, Darwin tornaria popular o termo em seu livro “A Origem das Espécies”, asseverando que a evolução, no caso dos organismos vivos, ocorria por seleção natural. Darwin, na verdade, limitou o conceito de evolução aos seres vivos, enquanto Spencer o empregou com referência a todo o universo. Em sua opinião, ela se caracteriza pela passagem de um

estado inicial de indefinição, mais homogêneo ou simples, para outro mais definido, heterogêneo ou de maior complexidade em formas e conexões.

Por conseguinte, a noção de estabilidade ou permanência (de naturezas filosófica ou religiosa) foi profundamente abalada em favor de uma visão de contínuas mudanças, apesar da indestrutibilidade da matéria e da conservação das energias. Tais princípios, segundo Spencer, submetem-se à lei inexorável da “integração da matéria e dispersão do movimento”.

E no que se refere à sociedade, à cultura, a promessa de desenvolvimento, trazida pela complexidade, assemelha-se à lei dos três estágios de Comte. A progressão evolucionária do simples para o composto pode ser observada nas relações socioeconômicas. Haveria então dois tipos de sociedade ao longo da história: a militante, anterior, e a industrial, de sua época. A primeira esteve fundamentada em relações hierárquicas ou estamentais de obediência, enquanto a industrial se constrói sobre obrigações voluntárias ou livremente contraídas.

Fora do ambiente francês, no entanto, talvez tenha sido a corrente do positivismo materialista alemão a que mais tenha repercutido sobre as perspectivas da literatura naturalista. Seus principais expoentes – Karl Vogt, Jakob Moleschott, Ernst Haeckel e Ludwig Büchner (irmão mais jovem do dramaturgo Georg Büchner) –, todos pesquisadores das áreas biomédicas, dedicaram-se a combater as idéias dualistas nas ciências, exercendo assim influências diretas sobre a filosofia e o espírito do tempo. Os autores acreditavam que suas investigações apontavam claramente para a prevalência absoluta dos mecanismos biológicos sobre o funcionamento de toda a vida animal, incluindo os aspectos psicológicos e teleológicos do ser humano. Daí serem considerados “monistas materialistas”. Para Moleschott, por exemplo (*Der Kreislauf des Lebens*, O Ciclo da Vida, 1852), os fenômenos fisiológicos ou vitais se bastam a si mesmos, ou seja, não necessitam, em termos explicativos, de qualquer hipótese extra-física ou sobrenatural. Büchner, professor em Tübingen, defendeu as proposições de

Moleschott em sua obra *Kraft und Stoff* (Força e Matéria, 1852), reafirmando as ideias de indestrutibilidade da matéria e das energias, de evolução e de imutabilidade das leis naturais. Para ambos, o que chamamos de *espírito* é resultado de uma ação cooperada de muitas substâncias dotadas de qualidades e de forças naturais. No entender de Büchner, desprezar a importância da matéria, e com isso o próprio corpo, é uma aberração a que só se pode chegar por via de ignorância ou fanatismo. Já Haeckel aduziu muitas observações e fatos em apoio à teoria de Darwin (embora não estivesse inteiramente convencido da seleção natural), além de contribuir grandemente para a taxionomia biológica (são dele, por exemplo, e entre outros, os termos *filo*, *filogenia*, *ontogenia*, *ecologia*, *elo perdido*). Com suas investigações iniciais, que resultaram na obra *Generelle Morphologie der Organismen* (Morfologia Geral dos Organismos, 1866), propôs o paralelismo entre a evolução do embrião individual e o desenvolvimento filogenético da espécie a que ele pertence. Bem mais tarde, já no final do século, escreveu *Die Welträtsel* (Os Enigmas do Mundo), livro de enorme sucesso de vendas em toda a Europa. Ali sustenta-se mais uma vez a tese da ciência como poder de revelação do mundo e caminho de liberação e salvação humanas.

Na Itália, por fim, deparamo-nos com Roberto Ardigò, sacerdote que, face a uma crise religiosa aos quarenta anos, abandonou o hábito para se consagrar à filosofia e ao ensino, atraído pelas ideias de Pomponazzi, de Comte e de Spencer. Em *Pietro Pomponazzi*, escreve: “O pensamento moderno, ao qual deve a Europa a sua atual condição de grandeza e potência, é o amadurecimento de uma filosofia que nasce perto de nós durante os anos da Renascença... Na época atual, os direitos do homem, da Revolução Francesa, se tornaram leis da sociedade; o sentimento individual, da Reforma Germânica, converteu-se na efetiva liberdade civil e religiosa, e os novos princípios racionais, do Renascimento Italiano, converteram-se em nossa ciência positiva. Nesta época, a especulação não tem valor, mas apenas aquilo que está fundamentado na observação e no experimento, e na

qual se estima, sobretudo, a moralidade do trabalho” (pgs. 10 e 11, ed. Giustino Soave, Mantova, 1869). Um ano depois, em *La psicologia come scienza positiva*, reafirma a noção e a realidade do *fato* como base de toda pesquisa e reflexão: “este possui uma realidade própria em si mesmo, uma realidade inalterável que nos vemos obrigados a afirmar, tal como nos é dada e a encontramos, com uma absoluta impossibilidade de nada tirar-lhe ou acrescentar; o fato é algo divino; o abstrato, ao contrário, somos nós que o formamos; e podemos formá-lo como algo de especial ou de mais genérico; por conseguinte, o abstrato, o ideal, o princípio teórico são humanos” (citado em *Historia del Pensamiento Filosófico y Científico*, vol. III, Reale, G. e Antiseri, D., Herder Editorial, Barcelona, 1988).

Esse *fato* do estudo científico ou da proposição filosófica equivale, no universo literário do naturalismo, à “fatia de vida” que serve de ponto de partida à narração, assim conservada em sua máxima verdade. A sociedade, por sua vez, corresponde ao ambiente próprio do homem, e por isso mesmo o condiciona sob todos os aspectos, tal como os fenômenos físicos e químicos determinam as condições naturais. Daí a preferência pelo romance, veículo mais apropriado ao aprofundamento descritivo dos mecanismos e das condições psicológicas e sociais.